



BREVE BALANÇO DAS ACTIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS DE ACÇÃO IDEOLÓGICA E DE RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRAÇÃO

1. Actividades do D.A.I.

O departamento de Acção Ideológica do Secretariado foi criado com a reestruturação do Aparelho Auxiliar em 1986.

Ainda que a sua abrangência não tenha sido formalmente definida, entende-se que o departamento abarca o conteúdo dos anteriores departamentos de "Informação e Propaganda" e "Unidade e Luta", cabendo-lhe ainda talvez, a intervenção nos outros domínios de exercício da acção ideológica.

Desde a sua efectiva entrada em funcionamento em Março de 1987, fixou como tarefa prioritária a reorganização da Informação e Propaganda, tendo dedicado atenção particular à circulação interna da informação. Para o efeito foi redinamizado o boletim "Informação".

Considerou o departamento que, a edição do órgão-central do Partido, a revista Unidade e Luta, deveria aguardar o momento em que as condições estivessem reunidas para a sua publicação com alguma garantia de continuidade, para evitar novos ciclos de interrupção.

O Departamento esforçou-se por uma certa aproximação em relação aos órgãos da Comunicação Social, numa tentativa de dar corpo à expressa atribuição do Secretariado de "orientar e controlar a actividade dos órgãos de imprensa escrita, da rádio, do cinema e de outros meios de Comunicação Social".

Nesse âmbito, a primeira acção levada a cabo foi a realização de um importante seminário de capacitação político-ideológica de quadros da Comu-

nicação Social Cabo-verdiana, que teve também o objectivo de se conhecer melhor o grau de engajamento dos profissionais dos Média.

A partir desse momento, trocas de pontos de vista passaram a ter lugar com alguma frequência, e tem havido uma maior inter-colaboração com os meios de C.S. do Estado, particularmente nesta etapa de preparação do III Congresso. Exemplo disso é o programa radiofónico Tribuna do II Congresso.

Não se pode contudo dizer que tenha sido assumido o "controlo e a orientação desses órgãos" embora, no momento as condições estejam criadas para o efeito. Aliás, isso não é atribuição directa do departamento.

↙ Julgamos que, muito particularmente em relação aos meios de Comunicação Social e na presente conjuntura da luta ideológica, deve ser decisiva a presença do Partido. Daí que, mecanismos práticos de acompanhamento devam ser criados. ??

O departamento julgou importante racionalizar os meios disponíveis no Partido e nas organizações de massas em benefício da actividade ideológica. É assim que trouxe à apreciação desse órgão o projecto da criação de um Centro de Informação, para o qual foi adquirido o equipamento mínimo e que, parcialmente começou a dar os seus primeiros frutos. Trata-se da instalação do Tribuna como um jornal autónomo, propriedade do Partido, que começou já a ser publicado.

O projecto, entretanto, não seguiu inteiramente o curso inicialmente traçado porque, na prática não se conseguiu o envolvimento das organizações de massas. A sua componente audio-visual possui já o equipamento mínimo para o arranque, estando-se em vias de conseguir os operadores.

Nesse momento, encontra-se de novo ameaçada a publicação regular do Boletim Informação devido à carência de quadros.

No que respeita aos contactos com as estruturas, elas têm sido feitas mais no sentido soliciatr informações das suas actividades para o B.I.

quais? como? Salienta-se, entretanto que são enormes as solicitações materiais destas ao Secretariado para levarem a cabo, no mínimo, a actividade informativa e propagandística.

2. Actividades do DREE

Estabelecem os regulamentos que a orientação e o controlo das actividades deste departamento devem ser asseguradas directamente pela Comissão política.

Desde 1985, o Departamento das Relações Exteriores e Emigração submeteu anualmente à C.P. programas de actividade pelos quais tem guiado a sua acção .

Logo após o Congresso procurou-se uma maior diversificação das relações interpartidárias procurando reflectir nela a universalização que caracteriza a actividade internacional do Estado de Cabo Verde.

Foram assim revitalizados as relações com os partidos tradicionalmente amigos e incentivadas as relações com partidos próximos com alguma influência nos países com que Cabo Verde mantém relações de cooperação .

Foram estabelecidas e/ou consolidadas relações com alguns Partidos do Continente africano: "Agrupamento do Povo Togolês, União Democrática do povo Maliano, Partido da Revolução Popular do Benin, Partido Revolucionário da Tanzânia, Partido Unido da Independência da Zambia, Partido Congolês do Trabalho".

A Assinalar que o Partido vem também participando, como observador, nalgumas reuniões da Interafricana Socialista.

Foram mantidas trocas de delegações com os Partidos irmãos de Angola, Moçambique e S.Tomé e Príncipe, na esteira das especiais relações de amizade e cooperação existentes com estes países.

Com os países Socialistas houve trocas de delegações políticas com: PCUS, PSUA, PCB, PCCH, POSH, PCR. A cooperação com esses países foi mantida. Ela incide particularmente no domínio da formação sendo, de um modo geral inexpressiva noutros domínios.

Particularmente com a URSS, novas e interessantes perspectivas se abriram com a visita a esse país da última delegação do Partido.

A RDA prossegue o apoio, particularmente no domínio da manutenção do parque gráfico do Partido.

Na Ásia foram mantidos os contactos com o PC da China e PT da Coreia. Houve trocas de delegações durante esse período mas a cooperação só funciona com o PC da China e sómente no que respeita ao acolhimento de delegações para férias. *porque não avançar um pouco mais com a China?*

No Continente Latino-Americano foram reforçadas as relações de amizade e cooperação existentes com o PCC, através de trocas de delegações políticas e da cooperação.

Partidos sociais democratas europeus? Suécia, Noruega, Holanda, Espanha, Portugal, Áustria;

Merece menção a participação do Partido em alguns encontros e reuniões promovidos pela IS, e a frutuosa cooperação que tem havido com a Fundação Friedrich Ebert, organização ligada ao PSD da RFA que vem financiando seminários promovidos pelo Partido e destinados também a quadros da JAAC-CV e da OMCV, num montante médio anual que ronda os cinco mil contos.

É significativa também a ajuda material que vem sendo concedida pela F.F.E..

Com os movimentos de Libertação, o ANC e a SWAPO, foram mantidos contactos permanentes, particularmente através das respectivas representações com residência em Dakar. De salientar que este último, inclusive, foi acreditado junto do nosso Governo.

Com a dinâmica que ganhou as relações exteriores do Partido, de 1983 a esta parte foram, em média, enviados anualmente para o exterior 25 delegações e acolhidas 9 (políticas, para troca de experiências, para formação, para férias). Foram assinados/renovados, um total de quinze acordos de cooperação, durante o período em apreço.

controlar. O auge dessa dinâmica foi atingido em 1986, em que as despesas com as relações exteriores ultrapassaram em 91% a previsão orçamental.

Foi a partir desse momento que a Comissão Política decidiu que fosse um pouco refreada essa dinâmica, e mantida dentro de determinados limites financeiros, a favor das actividades internas do Partido.

Na área da emigração, há a destacar o encontro dos serviços ligados à emigração realizado em 1984 que contou com a participação de representantes das missões diplomáticas e consulares e procedeu a uma profunda inventariação dos problemas dos emigrantes.

Após o encontro, o Departamento (nessa altura de emigração) acelerou o processo de criação e instalação do IAPE que veio a ter lugar em 1985.

O Departamento assegurou, durante dois anos, um fluxo de informação dirigida aos emigrantes, através do folheto "imagens de Cabo Verde".

Após a instalação do IAPE, e com a fusão da emigração com as relações exteriores num único departamento, as actividades limitaram-se a contactos pontuais com algumas Associações de emigrantes no estrangeiro, e apoio às estruturas na realização dos já tradicionais encontros de emigrantes em férias.

Procurou-se também manter contacto com os militantes do Partido em Portugal e Holanda, tendo o departamento, designadamente colaborado na preparação e realização de uma Conferência de militantes do Partido radicados nesse país.

Há a considerar uma total ausência de coordenação com as actividades das organizações de massas no domínio das relações externas.

Não foi possível, não obstante algum esforço do anterior Secretário do CN para as relações exteriores, harmonizar as relações externas do Partido com as actividades internacionais do país, o que se revelou muito necessário em algumas ocasiões. Nalgumas missões realizadas pelo Partido ao exterior, foram com dificuldade abordadas algumas questões específicos e delicadas da política internacional de C.Verde, por solicitação dos interlocutores.

De referir no entanto que foram enormes as carências em meios humanos e alguns meios materiais indispensáveis à actividade deste departamento, designadamente as ligados ao necessário serviço de protocolo.

3. Considerações gerais

A 20 de Outubro de 1983, na sequência das pertinentes orientações do II Congresso relativas ao desempenho do executivo do Partido, o Conselho Nacional elegeu um Secretariado integrado por seis membros, incluindo o Secretário Geral e o Secretário Geral Adjunto, e concebeu um aparelho auxiliar constituído por 12 Departamentos .

A Comissão Política atribuiu, nesta altura, a cada Secretário, (à excepção do Secretário Geral) o atendimento de um ou mais departamentos.

Até a nova reestruturação do Secretariado, que teve lugar em Outubro de 1986, em momento algum foi possível dotar de pessoal minimamente indispensável e de Director, mais do que quatro dos doze departamentos criados.

Não foi pois, possível, instalar a maioria dos departamentos.

Aqueles que se esforçaram por funcionar não chegaram a pôr de pé a orgânica provisoriamente adoptada, na medida em que não se conseguiu mobilizar funcionários/quadros em qualidade e quantidade para o efeito.

Com a staff que possuía até 1986, não era de se esperar do aparelho auxiliar no seu todo, o necessário apoio aos órgãos de direcção do Partido.

A actividade do aparelho dificilmente podia, deste modo, extravasar o âmbito estritamente interno do Partido.

A reestruturação de 1986 procurou, de facto, racionalizar a estrutura e adaptá-la melhor às reais possibilidades em matéria de recursos humanos.

É assim que o número de departamentos foi reduzido de 12 para 7, abrangendo todavia todos os domínios da anterior estrutura, à excepção do trabalho político nas FARP e FSOP. No entanto, é de se salientar que, até o momento, praticamente nenhum departamento possui outros quadros para além do director. quadros do IAC?

Sublinhe-se, aliás, que de um modo geral, no Secretariado é predominante o pessoal de expediente e da manutenção.

Esta solução, que se ajustou melhor às reais condições de trabalho que as instalações oferecem, contribuiu grandemente para a melhoria da actividade do aparelho que, em nosso entender, está ainda muito aquém do desejado. Uma das razões prende-se com o facto de, nenhum departamento poder funcionar em pleno só com o Secretário que o entende e o Director que o dirige.

Ligação com as estruturas e com os organismos estatais

O regulamento do CN e o regulamento geral dos Departamentos estabelecem que o aparelho auxiliar se subordina directamente à Comissão Política e ao Secretariado, e determinam as funções gerais que lhes cabem desempenhar.

acção política ou programada? é possível uma acção política tendo em conta a acção dos institutos estatais?

Salienta-se entre outras, que cabe aos departamentos apoiar na elaboração de directrizes dirigidas ao corpo do Partido e aos organismos de Estado; realizar estudos que careçam de decisão política; formular pareceres sobre projectos ou relatórios que lhes forem submetidos; elaborar projectos de resoluções que lhe forem solicitadas; controlar a forma como são executadas as orientações e directrizes dos órgãos superiores do Partido.

duplicação do trabalho

Na presente orgânica, só dois departamentos- Organização e Formação e Administração e Finanças- têm vocação para se ocuparem de actividades iminentemente internas do Partido. Os outros, em maior ou menor grau ou até em exclusivo, têm, a tarefa de apoiar o Secretariado ou o Secretário, no acompanhamento, dentro da respectiva área de acção, das actividades dos organismos estatais ou de massas.

Ora, o desempenho desta vertente da actividade dos departamentos depende por um lado do fluxo de informação que fôr possível estabelecer com os organismos do Estado e por outro, do grau do seu envolvimento na preparação das questões a serem discutidas pelos órgãos do Partido e na materialização das decisões destes emanadas.

verificar se os relatórios dos Ministérios vão ao Secretariado. Podem pedir o documento à Comissão do Governo.

É de se reconhecer que o aparelho, por regra, está alheio às actividades que são desenvolvidas a nível do Estado, não conhece os estudos e as grandes medidas que são tomadas a nível dos organismos estatais, nem é chamado a participar nas interessantes reflexões que, não raras vezes são levadas a cabo sobre matérias as mais diversas. Tão pouco conhecem os planos e os relatórios de actividade dos organismos do Estado que se situam na sua esfera de acção.

Também, os departamentos não são chamados a ter uma participação mais activa na preparação das questões discutidas pelos órgãos superiores do Partido, (C.P./Secretariado) e, poucas vezes são incumbidos de materializar ou velar pela materialização das decisões dos mesmos. Salienta-se aliás que, só muito recentemente passaram a ser informados de algumas das questões que são discutidas pelos órgãos superiores.

Ocorre daí o vazio que, na prática se verifica no conteúdo de alguns departamentos, particularmente os vocacionados para o acompanhamento das actividades dos organismos do Estado.

Os outros, com acção voltada parcial ou integralmente para o interior do Partido, vão procurando cumprir as suas obrigações de acordo com as condições existentes.

No tocante aos contactos com as estruturas, parece não ser tão real o que normalmente se ouve, que eles não existem.

Como está estabelecido, os departamentos não têm faculdades de direcção sobre os Comitês do Partido e os Secretariados Executivos dos Sectores. As suas relações são de colaboração, de ajuda, de transmissão de experiências e controlo do cumprimento das orientações dos órgãos superiores.

Importa antes de mais assinalar a dificuldade que o aparelho, os departamentos, experimentam na obtenção de informações e de dados dos Sectores. É também manifestamente insuficiente, aquilo que se pode extrair das actas e memorandos que, diga-se são enviados com muita irregularidade.

Reconhece-se que o Secretário do CN tem insistido na deslocação dos Directores aos Sectores. Na verdade, desde a reestruturação, foram feitas várias deslocações, mas quase que por iniciativa dos directores. De um modo geral, não há solicitação dos Sectores, o que dificulta os contactos.

Saleinta-se que tem havido um grande esforço dos departamentos, voltado para a formação de quadros a nível dos Sectores.

A Estrutura

Desde o II Congresso, o aparelho auxiliar teve, sobretudo, quadros situados a nível da Direcção dos Departamentos, ficando por aí em matéria de quadros políticos. Gerou-se assim uma situação em que, o Director é ao mesmo tempo quase o único executante, tendo nomeadamente que se envolver em simples actividades corriqueiras do dia-a-dia, que acabam por o observar quase integralmente, em detrimento da actividade de concepção que seria de se esperar dos departamentos.

O "estatuto" de departamento em vigor, não permite ir muito mais além no que toca ao relacionamento com as estruturas ou com os organismos estatais. Os departamentos não têm formalmente a suficiente "autoridade" para fazer valer ou impôr um adequado relacionamento com aqueles, relacionamento esse que passaria, em primeira mão, por uma troca regular e obrigatória de informações.

Isso leva a que o Secretário seja o único interlocutor de "crédito" a nível do Executivo do Partido o que, por si, representa uma sobrecarga e não abona a favor da afirmação dos Departamentos.

Essa situação, penso, poderá ser tida em conta na reflexão a ser eventualmente feita, sobre a estrutura que irá ter o aparelho auxiliar após o Congresso, bem assim a sua integração no Secretariado - órgão do Partido.

Praia, 17 de Setembro de 1988

Jorge Lopes

Propus reuniões c/ M I C Desportos
c/ M Educação

Fichas para os assuntos a discutir na e pela Comissão Política.



MEMORANDO DAS ACTIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DE MASSAS, PARTICIPAÇÃO POPULAR E PODER LOCAL

Este Departamento resulta da integração das áreas de organizações de massas e do poder local, o que terá por lógica a vertente participação popular.

Essa integração não deixou de se traduzir, todavia, por uma acumulação de responsabilidades e tarefas em domínios sensíveis e de dispersão em termos de actividades a desenvolver, requerendo por um lado o acompanhamento e apoio às estruturas partidárias, e por outro a coordenação, acompanhamento e apoio às organizações de massas, sociais e instituições públicas ligadas ao poder local.

A limitação em quadros (1 Director e 1 funcionário para expediente burocrático) não possibilita o aprofundamento das questões, necessidades e especificidades de cada área e portanto uma acção de coordenação orientada e objectiva que em muitos casos requer estudos aprofundados e especialização. Deste modo tem sido impossível imprimir a dinâmica desejada a uma área vasta e diversa, de importância decisiva na materialização da participação popular e no alargamento e consolidação da base social do regime.

Outro elemento que será factor limitativo, prende-se com o regulamento dos departamentos que confere aos directores somente o papel de assessoria, apoio e acompanhamento não tendo estatuto que reconheça a autoridade e competências na orientação dos sectores. Isto é, não há qualquer ascendente hierárquico, o que é, também, inibidor.

Também, põe-se a necessidade de melhorar a coordenação no tocante ao acompanhamento das organizações de massas, de modo a facilitar a acção que cabe ao departamento, embora seja algo que será ultrapassado a partir do momento em que for resolvida a

*Talvez porque
há um só secre-
tário profissio-
nalizado no
Secretariado.*

questão hierárquica atrás referida.

Sectm Justiça - deve estar a regressar.

Embora tais limitações e outras insuficiências ligadas às carências de que ainda sofre o aparelho partidário em geral, algumas actividades foram desenvolvidas, como p.e.: visita de trabalho a alguns Sectores para avaliação, acompanhamento e recomendações práticas; iniciativas de superação e capacitação seja centralizadas seja sectoriais; estímulo e apoio ao processo de eleições dos órgãos de poder local; apoio técnico a alguns sectores no que respeita a metodologia da participação popular e do desenvolvimento comunitário; acompanhamento das actividades das organizações de massas e à realização das reuniões dos seus órgãos nacionais de direcção; discussões e acções comuns com o Ministério da Administração Local e Urbanismo no tocante à formação dos agentes da administração municipal, à dinamização dos órgãos de poder local e visitas de trabalho conjuntas, etc..

Por isso, esforçou-se por melhorar o estilo e método de direcção pelas estruturas partidárias que devem:

- privilegiar a via de orientações e de controlo da actividade dos seus membros que integram as organizações de massas e sociais e órgãos do poder local, por uma presença mais activa e de vanguarda no seio das mesmas;

- cuidar da formação e capacitação específica desses mesmos militantes, segundo a organização ou órgão onde têm assento, promovendo assim a especialização e um maior domínio, pelo Partido, das várias esferas de actividade da sociedade;

- permitir a referida especialização e activismo buscando formas de organização e controlo que facultem aos seus membros desenvolver a sua militância partidária nessas organizações e instâncias isto é, evitar a acumulação de tarefas e responsabilidades muitas vezes limitativas das disponibilidades e qualidades próprias de cada militante.

Em relação às organizações de massas e sociais teve-se como preocupação estimulá-las no sentido de desenvolverem e afirmarem ainda mais a sua qualidade de parceiros nacionais do desenvolvimento, pela promoção da produção cooperativa e individual, na luta contra o desemprego, em iniciativas de carácter social e cultural e funcionando como grupos de pressão úteis. Para tanto impõe-se que sejam mais agressivas e

intensifiquem o diálogo social com as camadas da população que representam e tornem-se ainda mais representativas das suas aspirações e interesses e suscitem e elaborem em permanência os consensos sociais.

Neste ponto, não se deixou de recomendar, em particular os Sindicatos, para o empenho na formação dos seus membros sobretudo os Delegados Sindicais e aqueles que integram as Comissões de Gestão das empresas, para o aumento da sua capacidade de análise e de intervenção, de diálogo e de negociação com as direcções das empresas e com os trabalhadores.

Fez-se ver também o imperativo da coordenação entre as organizações de massas e sociais, pelas afinidades das suas características e pelo reforço do seu prestígio e significado tanto no quadro do sistema político como no da sociedade em geral.

Nessa perspectiva foi avançada a ideia de criação, sob os auspícios dos Sectores do Partido, de uma instância de encontro dos órgãos do poder, das organizações de massas e sociais e outras instituições a esse nível, para o efeito da concertação, coordenação e harmonização de maneira a se dar novo impulso à participação popular e ao desenvolvimento comunitário. Aliás, algumas experiências vêm tendo lugar pelo que devem ser acompanhadas, estimuladas e alargadas.

Em relação aos órgãos do poder local, para além dos estímulos e apoio ao processo de eleições, esforços junto do Ministério da Administração Local e Urbanismo no tocante à formação e outras iniciativas atrás referidas, não se deixou de chamar a atenção para cuidados com a metodologia do desenvolvimento comunitário a nível das Comissões de Moradores, ou melhor, o conhecimento do meio e o levantamento dos recursos próprios pelas populações elas mesmas, a sua mobilização, organização e educação para uma participação planificada integrando as várias organizações que intervêm na base, para que adquiram capacidade própria de análise e avaliação, de programação e discussão com instituições e parceiros de apoio, enfim de realização dos seus anseios e necessidades próprias de forma conjugada e harmonizada com os planos regional e nacional.

A nível dos órgãos nacionais de direcção das organizações de massas, teve-se a preocupação de melhorar o apoio e acompanhamento, pela via da concertação, evitando-se o estilo

intervencionista, estimulando-se as mesmas a assumirem mais a autonomia e a não funcionarem como organizações do Partido, mas sim como das amplas camadas da população que representam, embora os objectivos e conteúdo devam corresponder ao Programa e orientações do Partido.

Cabendo à JAAC-CV a pesada tarefa de mobilisar, organizar e enquadrar as potencialidades e aspirações da juventude cabo verdiana, pela afirmação e projecção da identidade e dignidade nacional, pelo envolvimento e empenho dos jovens nos esforços de construção do país, na consolidação da soberania e da independência nacional, na vida política nacional, realça-se aqui a atenção particular que foi dispensada à organização juvenil.

As relações Partido-organizações de massas e sociais e órgãos do poder local foram reforçadas de forma significativa. As preocupações que centraram o essencial das actividades ainda não produziram muitos dos resultados desejados seja porque têm a ver muito com a adopção gradual de estilos e métodos, de mudança de atitudes e comportamentos, com a apropriação de conhecimentos e da informação, seja porque exige recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros que ainda constroem bastante a actividade partidária.

Contudo, pensa-se que essa via deve ser prosseguida dando-se atenção prioritária à capacitação dos militantes e sua presença activa e de vanguarda nas organizações e instituições que integram e à capacidade de criação, inovação e animação por parte das estruturas partidárias.

Na busca permanente das melhores vias para a materialização do princípio da democracia nacional revolucionária e sua componente fundamental, a participação popular, não se pouparam os órgãos de direcção, em particular o Conselho Nacional, na análise de cada momento e no balanço das actividades do Partido, organizações e instituições mais directamente ligadas à prática da participação popular.

Justo é de realçar as VII e VIII reuniões do Conselho Nacional, pela riqueza dos seus debates e análises e pela pertinência das suas decisões.

A VII reunião deu grande atenção ao estilo e método de direcção do Partido para que privilegie a intervenção política, dê atenção ao conhecimento da sociedade, à construção dos grandes

consensos nacionais, ao sistema eleitoral e sua melhoria, para além de importantes questões de actualidade.

A VIII reunião regozijou-se com o processo e método de eleição dos órgãos de poder local recomendando o seu aprofundamento e generalização no quadro do reforço da democracia e perspectivas futuras de descentralização. Apreciou também o resultado dos avanços alcançados pelas organizações de massas e sociais.

Em relação às organizações de massas foi recomendado uma melhor coordenação com o Partido e entre elas, com as instituições públicas, as forças sociais e a população em geral, sobretudo o reforço da sua condição de parceiros do desenvolvimento nacional.

Quanto às organizações sociais: chamou a atenção para a necessidade do movimento cooperativo alargar a sua actividade ao sector da produção; recomendou reflexão mais ampla e sensibilização dos militantes e população para o significado e importância do associativismo e do mutualismo.

No tocantes às Milícias Populares, foi recomendada uma melhor coordenação entre os vários organismos e instituições que intervêm na sua organização e funcionamento.

Para, em relação ao Partido, recomendar aos militantes o reforço da sua " ... presença no seio das organizações de massas e sociais, como via privilegiada para a veiculação dos ideais e políticas do Partido."

Conclusões

Dotado o aparelho do Partido dos instrumentos político-ideológicos que encerram as resoluções do II Congresso e as decisões do Conselho Nacional, a sua actividade em direcção às organizações de massas e sociais e instituições do poder local, vêm sendo desenvolvida para o reforço do princípio da participação popular em três dimensões: a prática da democracia, o exercício do poder, a promoção do desenvolvimento.

Se bem que os objectivos estão ainda longe de se atingir e limitações podem ser apontadas, os resultados alcançados são reconfortantes.

E, no prosseguimento da via traçada, de entre o muito que resta fazer, deixam-se aqui algumas sugestões :

- a prática de eleições dos órgãos do poder deve ser melhorada e reforçada em permanência, pela adopção de estímulos competitivos cada vez mais expressivos da vontade dos eleitores, respeitando-se escrupulosamente o tempo de duração dos mandatos;

- os membros do Partido com assento nesses mesmos órgãos devem ser formados e preparados para serem os mais activos e dinâmicos, coordenando-se, orientando-se e controlando-se o seu desempenho político;

- as estruturas partidárias devem zelar para que os eleitos, sobretudo os seus membros, estabeleçam ligação permanente com os eleitores, garantindo o fluxo constante de informações e a percepção quotidiana de aspirações, interesses e problemas que se põem às populações; também e nesse quadro, o diálogo com as organizações de massas e sociais e demais instituições deve ser tornada uma prática;

- as organizações de massas e sociais devem tornar-se uma emanção da sociedade civil organizada, cada vez mais intérpretes dos grupos sociais que representam, na defesa e satisfação gradual dos seus interesses e aspirações profissionais, económicos, sociais e culturais;

- ainda mais, terão que assumir plenamente a sua autonomia, intervir na produção e produtividade, na satisfação das necessidades básicas e sociais da população, desenvolver e promover a solidariedade social, estimular e construir os consensos pelo confronto criador de ideias e opiniões e afirmar a qualidade de parceiros de desenvolvimento e de elementos activos do sistema político;

- reforçar a sua presença nos órgãos do poder nos vários níveis e, entre outras, ter iniciativa legislativa;

- o reforço da capacidade técnico-científica e de planificação devem continuar merecendo preocupação como condição a uma acção mais objectiva.

Na ordem do dia das prioridades, é de se impulsionar medidas e acções que visem:

- a adopção da Lei Quadro do Poder Local, instrumento privilegiado de materialização da descentralização, reforço e

aprofundamento da democracia e do desenvolvimento comunitário;

- a definição de uma Política Nacional da Juventude, como parâmetro de integração e coordenação dos mecanismos e meios tendentes ao envolvimento real da juventude no desenvolvimento do país;

- tendo em conta as características próprias do mundo laboral, a definição de uma política sindical que melhor sirva os interesses e aspirações dos trabalhadores, de acordo com as exigências e desafios do momento.

- por último, oportunamente e no quadro da reestruturação futura do aparelho auxiliar com vista a sua operacionalização, seja analisada a questão das competências a conferir aos departamentos.

Praia, 17 de Setembro de 1988

Manuel Pereira Silva

grupo de
trabalho do
Pacheco